

colecção BIBLIOTECA DIPLOMÁTICA

Maria Luísa Duarte  
Luís Fernandes  
Francisco Pereira Coutinho  
(coordenação)

## 20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses

– O que fica do diálogo entre os juízes portugueses  
e o Tribunal de Justiça da União Europeia –



º, n.º 2, do referido regula-  
curso não fossem prorro-

8/CE da Comissão, de 6 de  
garantias de crédito e isen-  
ter a aprovação do auxílio  
esa honrar o compromisso  
/92 às Regiões Autónomas  
ro de 1996, publicando os  
as rotas em questão, não  
lade concedida pelo artigo

dição para Portugal conti-  
es a partir de açúcar em  
jime específico de abaste-  
n.º 1600/92, na condição  
s na acepção do artigo 8.º,

## Anotação

### Acórdão Flightline – um contributo jurisprudencial para a rea- lização do mercado interno do transporte aéreo

Constança Urbano de Sousa<sup>1</sup>

1. O acórdão do Tribunal de Justiça, objecto da presente anotação, responde às questões, que, a título de reenvio prejudicial de interpretação, o Pleno da 1.ª Secção do Supremo Tribunal Administrativo lhe suscitou, surgidas num litígio que opôs a Flightline Lda ao Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações e à TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SA. Este acórdão – que designaremos acórdão Flightline – insere-se no contexto da construção do mercado interno do transporte aéreo, caracterizado por um alargamento progressivo dos direitos das transportadoras aéreas comunitárias em detrimento do princípio da soberania territorial sobre o espaço aéreo. Embora não tenha sido crucial para o desenvolvi-mento do “direito aéreo europeu”, o acórdão Flightline teve o mérito de esclarecer os limites da liberalização da cabotagem (o grau mais elevado de liberalização do mercado de transportes aéreos num determinado Estado), introduzida pelo Regulamento 2408/92 sobre o acesso das trans-portadoras aéreas comunitárias às rotas aéreas intracomunitárias<sup>2</sup>. Consti-tuiu, por isso, uma etapa no processo de regulação da aviação civil comer-cial na União Europeia.

Dada a complexidade e densidade técnicas da matéria, a anotação será antecedida de uma muito breve introdução sobre a sua evolução e de uma síntese da matéria de facto, para permitir uma melhor contextua-lização deste acórdão. Seguir-se-ão alguns comentários sobre dois temas diferentes abordados no acórdão Flightline, um de natureza horizontal e o outro de carácter específico e interesse “histórico”. Por um lado, a questão da apreciação da admissibilidade do reenvio prejudicial e o princípio da exclusividade do juiz de reenvio, um tema que mantém actualidade e

<sup>1</sup> Doutora em Direito; Professora Associada.

<sup>2</sup> JO L 240. de 24 de Agosto de 1992, pp. 8-14. Este Regulamento foi revogado pelo Regulamento n.º 1008/2008, de 24 de Setembro de 2008, relativo a regras comuns de explo-ração dos serviços aéreos na Comunidade.